



# RAFAEL SARAIVA

DEPUTADO ESTADUAL

## **Deputado estadual Rafael Saraiva protocola pedido de CPI para investigar empréstimos consignados**

*No pedido, deputado pede que CPI investigue graves denúncias de crime de usura contra economia popular e servidores públicos, aposentados e pensionistas do Estado de São Paulo*

**São Paulo, 28 de março** - Os procedimentos de comercialização de empréstimos consignados para funcionários públicos do Estado serão alvo de investigação na Assembleia Legislativa de São Paulo. A Comissão Parlamentar de Inquérito, protocolada em 24/03 pelo deputado estadual Rafael Saraiva (União), recolheu assinaturas de um terço dos deputados e deve aguardar aprovação para tramitar. “O intuito da CPI é provocar a Assembleia Legislativa para proteger a sociedade sempre no seu ponto mais vulnerável, que nesse caso são os idosos, os aposentados, com o objetivo de proteger os direitos do funcionário público e do consumidor paulista”, declara Rafael Saraiva.

As ofertas de empréstimos consignados chegam aos servidores por meio de empresas terceirizadas parceiras das instituições financeiras que são contratadas sem critérios e, mesmo depois da Lei Geral de Proteção de Dados, têm acesso a informações sobre o perfil dos consumidores de maneira, por vezes, irregular.

O Anuário da Justiça São Paulo (2022) dá conta de mais de 70.000 processos julgados na Seção de Direito Privado em 2021 relacionados ao tema. De acordo com Richard Gantus Encinas, promotor do Ministério Público do Estado de São Paulo e membro do CyberGaeco, o “estelionato em consignado tem como foco ser praticado contra um vulnerável” e segundo o promotor “bancos terceirizam seus serviços, dando a pessoas desconhecidas acesso a informações privilegiadas”. O PROCON--SP tem observado um aumento significativo nas reclamações relacionadas a crédito consignado. São, pelo menos, 6.000 queixas/ano sobre solicitação indevida, por terceiros, de empréstimos consignados. Entre os funcionários públicos, aposentados e pensionistas do Governo do Estado de São Paulo os casos de fraude vem aumentando, incluindo cobranças por instituições financeiras de empréstimos consignados não autorizados.

O pedido de CPI quer apurar denúncias relatadas pela imprensa, registradas no PROCON-SP, Ministério Público do Estado de São Paulo, por meio de Boletins

de Ocorrência e Ações Judiciais, com o objetivo de fraudar o sistema de empréstimos consignados, que podem resultar em enriquecimento ilícito, cobrança de juros abusivos e sonegação fiscal praticados pelas instituições financeiras, bancos, empresas e escritórios que operam com factoring e fintech, diretamente ou através de promotores independentes (terceirização).

A CPI servirá também para apurar as fragilidades para os registros de empresas “fakes” no órgão estadual de registro empresarial e eventual acesso ilegal a informações pessoais de consumidores. “As promotoras de crédito contratadas pelos bancos não têm nenhum critério para contratar um correspondente bancário, que é a ponta da linha e fala com o cliente. Nesse momento, esses correspondentes, por vezes, cometem uma venda fraudulenta, ilícita e até mesmo criminosa”, explica o deputado. O escopo principal da CPI é acabar com essa cadeia de funcionamento, esse procedimento ilícito, fraudulento, que leva nossos servidores, idosos e aposentados a levarem para o túmulo uma dívida”, complementa o deputado.

“Esse trabalho da CPI beneficiará toda a sociedade. Espero poder contar com o apoio da ala governista e da oposição, do presidente da casa, e até do governador Tarcísio de Freitas nessa investigação. O Legislativo de São Paulo tem que agir”, finaliza Rafael Saraiva.